


SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA REMANESCENTE DE QUILOMBOS: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-046>

Data de submissão: 05/11/2024

Data de publicação: 05/12/2024

Maria Luiza Oliveira Nascimento

Acadêmica em Enfermagem e Obstetrícia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Monitora do Programa de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População Negra -

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ODEERE-UESB)

E-mail: marialuizaoliveira1030@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0062-8610>

Marília Queiroz Silva de Deus

Acadêmica em Enfermagem e Obstetrícia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5693-0520>

Bruna Sena Lopes

Assistente social

Especialista em Serviço Social e Políticas Públicas com Ênfase em Saúde

Discente do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC-ODEERE/UESB)

Pesquisadora do Programa de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População Negra -

(ODEERE-UESB)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3371-8919>

Roney Cleber Santos Silva

Psiquiatra

Professor do Departamento de Saúde II

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Pesquisador do Programa de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População Negra -

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ODEERE-UESB)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2328-0856>

Adriana Ferreira da Silva Chaves Oliveira

Psicóloga. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental

Pesquisador do Programa de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População Negra -

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ODEERE-UESB)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2369-2759>

Eclaudiane Moraes Vieira

Licenciada em Educação Física

Pesquisadora do Programa de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População Negra -

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ODEERE-UESB)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5795-9661>

Cássio Cristiano Damasceno Santos

Licenciado em Biologia

Pesquisador do Programa de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População Negra -

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ODEERE-UESB)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3126-8124>

Antônio Carlos Santos Silva

Doutor em Ciências da Saúde

Professor do Departamento de Saúde II - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Coordenador do Programa de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População Negra -

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ODEERE-UESB)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5012-6398>

RESUMO

Os agravos à saúde mental constituem-se como problema de saúde pública em âmbito global, sendo o Brasil, o país com maior prevalência de depressão, além de ser o segundo com maior prevalência nas Américas (OMS, 2022). Entretanto, os agravos à saúde mental não ocorrem de forma homogênea em toda a população, estando as populações mais vulneráveis do ponto de vista social, à mercê de processo de morbimortalidade mais acentuado. Nessa perspectiva, a população negra remanescente de quilombos, interseccionada pelo racismo sistêmico, invisibilidade e desigualdades sociais estão mais propensas ao desenvolvimento e incidência agravos à saúde mental. O objetivo deste estudo foi evidenciar na literatura científica brasileira o impacto à saúde mental das pessoas negras remanescentes em quilombos. Trata-se de estudo de revisão integrativa de literatura, de abordagem qualitativa. Utilizou-se a estratégia PICO para desenvolver o estudo. Foi estabelecida a pergunta norteadora: quais as evidências científicas sobre o impacto da saúde mental na população remanescente de quilombo no Brasil? As plataformas utilizadas para pesquisa foram o Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), com os descritores: "saúde mental", "população negra" e "quilombola", utilizando o operador booleano AND. Para análise da amostra, seguiram-se as etapas da leitura analítica, crítica e detalhada dos textos. 04 estudos foram excluídos ao serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão e 04 foram utilizados para compor o presente estudo. Os resultados apontaram que os indicadores sociais e econômicos estão relacionados à saúde e ao bem-estar mental dos indivíduos. Dessa forma, a população negra pertencentes às comunidades quilombolas carregam os piores indicadores quando se pensa em acesso, morbidade e mortalidade por diversos agravos à saúde, sobretudo no tocante à saúde mental. O processo de escravização e depois de abandono por políticas sociais oprime essa população a tal ponto que compromete sua sobrevivência e estratégias de encarar a vida. O racismo estrutural atravessa os condicionantes de vida e saúde dessa população. Ademais, por se tratar de um grupo minoritário dentro da população negra brasileira, que enfrenta desigualdades sociais, econômicas e raciais, destaca-se a lacuna existente de dados e estudos que tratem dessa temática, apontando uma invisibilidade epistemológica em torno da sua dinâmica e as consequências na saúde dessa população. Por fim, a necessidade de fortalecimento da política de atenção à saúde da população negra remanescente em quilombos no Brasil.

Palavras-chave: Saúde Mental, População Negra, Quilombo, Racismo.

1 INTRODUÇÃO

Os agravos à saúde mental constituem-se como problema de saúde pública em âmbito global. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), quase 1 bilhão de pessoas, incluindo 14% dos adolescentes em todo o mundo, vivem com um transtorno mental, sendo a principal causa de incapacidade, com uma pessoa desenvolvendo um transtorno mental a cada seis anos, pessoas com problemas graves de saúde mental morrem, em média, 10 a 20 anos mais cedo do que a população em geral, na maioria devido a doenças físicas evitáveis e mais de 1 em cada 100 pessoas morre em decorrência do suicídio, com 58% dos suicídios ocorrendo antes dos 50 anos.

O Brasil é o país com maior prevalência de depressão, além de ser o segundo país com maior prevalência nas Américas (OMS, 2022). A OMS destaca, por meio desses índices, a necessidade urgente de buscar realizar de forma efetiva abordagens no campo da saúde, visto que eles não apenas fornecem uma visão abrangente das condições de saúde mental num âmbito global, mas também destacam a importância de implementar medidas efetivas para alcançar a melhoria da qualidade da saúde global, promover o bem-estar e reduzir as disparidades na saúde.

Além disso, cabe evidenciar que a saúde mental da população negra é um tema imprescindível para a compreensão das desigualdades e desafios enfrentados pela comunidade. Segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, a população negra representa 56% do total da população brasileira (IBGE, 2022). Pessoas negras apresentam maior propensão a desenvolver depressão, além de terem níveis reduzidos de bem-estar psicológico e autoestima, estando mais sujeitos a enfrentar estresse crônico e uma maior incidência de transtornos adaptativos.

O racismo sistêmico, a violência racial e as desigualdades sociais são a causa da maior incidência de negros com transtornos mentais como a depressão e a ansiedade, podendo ser um ativador potente da resposta ao estresse (Félix, 2022). Segundo dados do Ministério da Saúde do Brasil, adolescentes e jovens negros têm maior chance de cometer suicídio, sendo que o risco na faixa etária de 10 a 29 anos foi 45% maior entre jovens que se declaram pretos e pardos do que entre brancos no ano de 2016 (Brasil, 2016). É importante reconhecer essa problemática para que assim possam ser desenvolvidas soluções para melhoria da saúde mental da população negra. Nesse contexto, algumas populações são mais vulneráveis, como a população negra remanescente em quilombos, sendo um grupo minoritário dentro da população negra brasileira, que enfrenta desigualdades sociais e econômicas, além de discriminação racial.

As evidências apontam que os indicadores sociais e econômicos estão relacionados à saúde e ao bem-estar mental dos indivíduos pertencentes às comunidades quilombolas, apontando a

necessidade de construção e implementação de intervenções e políticas públicas de saúde direcionadas a essa população que levem em consideração os seus aspectos sócio-históricos e culturais (Batista; Rocha, 2020).

Tratar sobre a saúde mental da população negra que reside em comunidades quilombolas nos centros urbanos é um tema de grande relevância, visto que, é um grupo social que sofre com as desigualdades sociais e econômicas. A população negra brasileira, durante séculos sofre com o racismo estruturado na sociedade, reflexo de uma história marcada por atos extremos de violência e desumanização dirigidas contra a população negra e indígena, podendo ser observado esse padrão histórico ao observar eventos como a diáspora Africana e a escravidão da população negra (Fernandes *et al.*, 2018).

Nesse contexto histórico, os quilombos emergem como símbolos de resistência, formados com finalidades estratégicas fundamentais para enfrentar o sistema escravocrata, onde os quilombolas não apenas enfrentaram um sistema opressor, mas também encontraram um lugar para a preservação da sua identidade, cultura e crenças, criando um ambiente onde a saúde mental era fortalecida (Batista; Rocha, 2020). É fundamental compreender a saúde mental das pessoas dessas comunidades, uma vez que isso desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente que valoriza e fortalece a resiliência e a capacidade de enfrentamento desses desafios.

Entretanto, a falta de pesquisas abrangentes sobre a saúde mental da população negra em quilombos urbanos representa uma lacuna científica na reflexão desse processo saúde-doença. Estas comunidades enfrentam desafios relacionados com o contexto urbano em que vivem, mas poucos estudos se concentram em estudar e investigar suas experiências. Além disso, as pesquisas sobre a disponibilidade ou a falta de redes de apoio para essa população são limitadas, essas lacunas são importantes porque a saúde mental é uma parte fundamental do bem-estar humano. Quando as necessidades dessa população não são compreendidas, a capacidade de desenvolver intervenções eficazes para melhorar o bem-estar fica comprometida. Portanto, este estudo é fundamental para ampliar a compreensão das complexidades envolvidas na saúde mental das populações quilombolas em áreas urbanas e para identificar redes de apoio disponíveis a essas comunidades.

2 OBJETIVO

Evidenciar na literatura científica brasileira o impacto a saúde mental das pessoas negras residentes em quilombos

3 METODOLOGIA

Trata-se de um Estudo de Revisão Integrativa de Literatura, de caráter qualitativo, debatendo o impacto a saúde mental das pessoas negras remanescente de quilombos na produção científica nacional. A revisão integrativa de literatura consiste na análise de estudos criteriosamente selecionados para fundamentar a construção de uma conceituação teórica, possibilitando a síntese do conhecimento atual sobre um tema específico e identificando áreas que necessitam de investigação adicional. Esse método de pesquisa facilita a integração de múltiplos estudos publicados e viabiliza a formulação de conclusões abrangentes dentro de uma área específica de estudo (Mendes *et al.*, 2008).

Aplicou-se a Estratégia PICO, acrônimo de P para população/pacientes; I de Intervenção; C para comparação ou controle; e O de desfecho esperado/*outcome*. Para a presente pesquisa, foi determinado o acrônimo: P – população negra remanescente de quilombo; I – saúde mental; C - não se aplica; O – saúde mental da população negra remanescentes de quilombos. Dessa forma, foi estabelecida a pergunta norteadora: quais as evidências científicas sobre o impacto da saúde mental na população remanescente de quilombo no Brasil?

As plataformas utilizadas para pesquisa foram o Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), com os descritores: "saúde mental", "população negra" e "quilombola", utilizando o operador booleano AND. Os seguintes critérios de inclusão foram definidos: artigos brasileiros completos publicados no período de 2019 a 2024, em português e que abordassem os agravos a saúde mental da população referida. A busca ocorreu no mês de Outubro e atualizada em Novembro do 2024.

Para análise da amostra, seguiram-se as seguintes etapas: leitura analítica, crítica e detalhada dos textos, extraindo-se deles os resultados julgados com maior pertinência para caracterizar a produção científica relacionada à temática, com o cuidado de verificar se as publicações estavam repetidas entre as diferentes bases de dados exploradas (Bardin, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após ser realizada a busca na base de dados, 08 estudos foram selecionados para análise. A fim de atender o objetivo proposto na revisão, 04 estudos foram excluídos ao serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão e 04 foram utilizados para compor o presente estudo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), os agravos à saúde mental constituem-se como problema de saúde pública em âmbito global, sendo o Brasil, o país com maior prevalência de depressão, além de ser o segundo com maior prevalência nas Américas (OMS, 2022). O bem-estar de uma pessoa está intrinsecamente ligado a uma série de condições fundamentais, que

vão muito além do aspecto exclusivamente psicológico. Além dos aspectos individuais, a saúde mental é também socialmente determinada. Por isso, deve-se considerar que a saúde mental resulta da interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, sendo caracterizada como biopsicossocial.

Nessa perspectiva, a prevalência de transtornos mentais não ocorre de forma igualitária em toda população. O racismo sistêmico, a violência racial e as desigualdades sociais são a causa da maior incidência de negros com transtornos mentais como a depressão. Para Mota (2019), a população negra carrega frequentemente o fardo de traumas históricos, como o processo de escravização, o abandono social na pós-emancipação, o genocídio da juventude negra, a segregação racial e outras formas de opressão ao longo dos séculos sendo possível afirmar que o racismo, enquanto relação de poder e sustentação de privilégios, pode gerar o sofrimento psíquico (David, 2018).

Nesse contexto, algumas populações são mais vulneráveis, como a população negra remanescente em quilombos, sendo um grupo minoritário dentro da população negra brasileira, que enfrenta desigualdades sociais e econômicas, além de discriminação racial. As populações quilombolas sofrem de transtornos mentais comuns, como depressão, ansiedade e estresse, devido às condições sociais adversas que enfrentam como pobreza, discriminação, violência e falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação (Dimenstein et al., 2020).

Nesse cenário histórico, os quilombos emergem como símbolos de resistência, formados com finalidades estratégicas fundamentais para enfrentar o sistema escravocrata, e que enfrentaram, não apenas o sistema opressor, mas também encontraram um lugar para a preservação da sua identidade, cultura e crenças, criando um ambiente onde a saúde mental era fortalecida (Batista et al., 2019). Assim, os quilombos destacam-se como territórios de significado histórico e social, cuja relevância ultrapassa a luta contra a opressão, refletindo também nas dinâmicas de cuidado e fortalecimento das comunidades que os habitam.

Ademais, a garantia ao direito constitucional à saúde inclui o cuidado à saúde mental, pois é um dever do Estado brasileiro que passa a ter responsabilidade em oferecer condições dignas de cuidado em saúde para toda população. No Brasil, a Política Nacional de Saúde Mental é uma política de estado, definida pela Lei Federal 10.216/2001. As ações do Governo Federal nesse tema são coordenadas pelo Ministério da Saúde. Essa política se materializa através das estratégias e diretrizes adotadas para organizar a atenção às pessoas com necessidades de tratamento e cuidados específicos em saúde mental.

Este é um tema importante e complexo que abrange uma ampla variedade de transtornos mentais. No entanto, a literatura científica ainda é escassa em relação à saúde mental da população negra. Apesar disso, alguns estudos têm sido realizados para entender melhor a prevalência de

transtornos mentais em pessoas negras. Um estudo publicado na Revista de Psicologia da UNESP relata um processo terapêutico ocupacional, destacando o potencial da representatividade racial nas relações de atenção em saúde mental, discutindo os aspectos do tema: a construção do racismo no Brasil; a importância da formação profissional para atender a essa demanda; o reconhecimento e empoderamento dos negros; a compreensão da terapia ocupacional sobre o indivíduo, seu adoecimento e atividades humanas; e estratégias de intervenção voltadas para as especificidades da saúde mental da população negra. (Ricci; Santos, 2020)

Os transtornos mentais mais comuns no Brasil, em geral, são ansiedade e depressão, com prevalências de 9,3% e 5,8%, respectivamente, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Além disso, novos dados mostram que 86% dos brasileiros sofrem com algum transtorno mental, como transtornos alimentares, transtorno bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo, esquizofrenia, estresse pós-traumático e transtorno de personalidade Borderline.

Os serviços de saúde pública em relação aos territórios quilombolas enfrentam desafios significativos como a necessidade de troca de conhecimento entre os profissionais que prestam serviços a estas comunidades e os seus conhecimentos e práticas tradicionais, e os serviços de planejamento precisam compreender e reconhecer esses conhecimentos e práticas, o que deve ser feito com cautela, evitando fazer o erro de exagerar no estilo de vida de seus moradores. As questões de saúde desta população também devem levar em conta a invisibilidade e a desigualdade que sofrem (Melo, 2017).

De acordo com a publicação feita pelo grupo Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco, 2020), durante a pandemia da COVID-19, comunidades quilombolas brasileiras com grande concentração de pessoas em grupo de risco enfrentaram barreiras no acesso a serviços de saúde, como atenção primária, e insegurança alimentar, ficando expostas a maiores riscos de morte após infecção. As populações quilombolas sofrem de transtornos mentais comuns, como depressão, ansiedade e estresse, devido às condições sociais adversas que enfrentam, como pobreza, discriminação, violência e falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação (Dimenstein *et al.*, 2020).

A saúde mental dos residentes em quilombos no Brasil é um tema de grande relevância, pois essas comunidades enfrentam desafios específicos que podem impactar significativamente o bem-estar psicológico desses indivíduos. Em uma revisão integrativa encontrada no banco de dados da Scielo sobre Saúde mental em comunidades quilombolas do Brasil, analisa os estudos sobre a saúde mental de populações quilombolas, considerando os aspectos históricos, sociais e culturais que influenciam sua saúde. Os autores identificaram 11 artigos que abordaram temas como violência, racismo, estresse,

depressão, ansiedade, alcoolismo, suicídio e religiosidade. Eles concluíram que há uma escassez de pesquisas sobre a saúde mental dessas comunidades e que é necessário desenvolver intervenções culturalmente adequadas e participativas. (Batista; Rocha, 2020).

Um estudo avaliou a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) em 1.004 quilombolas de 12 comunidades rurais no norte de Minas Gerais. Os resultados mostraram que 35,9% dos participantes apresentaram TMC, sendo as mulheres, os idosos, os analfabetos e os que relataram discriminação racial os mais afetados. Um dos fatores críticos a ser considerado é a persistência do racismo estrutural e da discriminação racial enfrentada pelos quilombolas (Queiroz *et al.*, 2022). A exposição constante a essas formas de preconceito pode gerar estresse psicológico crônico, ansiedade e depressão. A falta de representatividade e de oportunidades igualitárias em diferentes esferas da sociedade pode contribuir para um ambiente psicossocial adverso.

A saúde mental dos residentes em quilombos no Brasil é uma preocupação relevante e complexa, pois essas comunidades enfrentam desafios específicos que podem impactar significativamente o bem-estar psicológico dos seus membros. A experiência única dos quilombos, marcada por histórias de resistência, discriminação racial e condições socioeconômicas desfavoráveis, pode contribuir para a prevalência de agravos à saúde mental nesses contextos.

Por fim, compreender a saúde mental nas comunidades quilombolas urbanas não se resume apenas ao bem-estar individual, mas também abrange uma questão de justiça social. Ao reconhecer as experiências únicas e frequentemente injustas enfrentadas por essas comunidades, podendo ser desenvolvidas intervenções culturalmente sensíveis em saúde mental que atendam às suas necessidades específicas. Além disso, fortalecer a saúde mental nessas comunidades contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, construindo um ambiente que promova o bem-estar mental para todos, independentemente de sua origem. Portanto, investir na saúde mental das populações quilombolas em áreas urbanas é um passo fundamental em direção a um futuro mais inclusivo e equitativo para todos.

5 CONCLUSÃO

Com base em uma análise abrangente da literatura, a maioria dos estudos destacou que os indicadores sociais e econômicos estão relacionados à saúde e ao bem-estar mental dos indivíduos pertencentes às comunidades quilombolas (BATISTA; ROCHA, 2019), evidenciando a complexa relação entre tais fatores e a saúde mental da população negra remanescente de quilombo, ressaltando a importância de aprofundar o olhar sobre as condições que impactam a saúde mental nas comunidades quilombolas. Portanto, este tema é relevante, visto que, é um grupo social que sofre com as

desigualdades sociais e econômicas. A população negra brasileira sofre a séculos um processo de racismo estrutural, reflexo de uma história marcada por atos extremos de violência e desumanização dirigidas contra a população negra e indígena. Pode se observar ainda o padrão histórico vinculado a diáspora africana e a escravização da população negra (FERNANDES *et al.*, 2018) enquanto fator agravador dos problemas de saúde mental que acometem essa população.

REFERÊNCIAS

BATISTA, E. C.; ROCHA, K. B. Saúde mental em comunidades quilombolas do Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Interações (Campo Grande)*, Scielo, v. 21, n. 1, p. 35–50, jan. 2020.

DAVID, Emiliano de C. Saúde mental e racismo: atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infante-juvenil. (Dissertação de mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2018.

DIMENSTEIN, Magda et al. Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 205-229, out. 2020.

FERNANDES, Ana Carolina Araújo. Racismo e violência contra quilombos no Brasil. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ, 196 pp. ISBN 978-85-62884-28-3, ago. 2018.

MOTA, Bruno Correia da. Na Teia Do Racismo: Trauma coletivo e complexo cultural... marcas do Brasil negro! Bruno Correia da Mota. Seropédica, 2019.

QUEIROZ, P. S. F.; RODRIGUES-NETO, J. F.; MIRANDA, L. P.; OLIVEIRA, P. S. D; SILVEIRA, M. F.; NEIVA, R. J. Transtornos Mentais Comuns em quilombolas rurais do Norte de Minas Gerais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 6, p. 1831–1841, jun. 2023.

SANTOS, Gabriella da Cruz; RICCI, Éllen Cristina. Saúde mental da população negra: relato de uma relação terapêutica entre sujeitos marcados pelo racismo. *Rev. Psicol. UNESP, Assis*, v. 19, n. spe, p. 220-241, dez. 2020.

SILVA, D.; SIMON, F. O. Abordagem quantitativa de análise de dados de pesquisa: construção e validação de escala de atitude. *Cadernos do CERU*, v. 2, n. 16, p. 11-27, 2005.